

**AS APARÊNCIAS ENGANAM: DIVERGÊNCIAS ENTRE O
MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO E AS ABORDAGENS
QUALITATIVAS DE PESQUISA.**

Lígia Márcia Martins^{*}

^{*} Doutora em Educação, professora do Departamento de Psicologia, Faculdade de Ciências – UNESP/Bauru, membro do grupo de pesquisa “Estudos Marxistas em Educação” e coordenadora do grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil (NEPEI)”.

A análise que contemplamos neste artigo versa sobre a adoção das chamadas abordagens qualitativas no âmbito de vinculações com o materialismo histórico. Ou seja, o objeto desta reflexão é a freqüente ruptura entre materialismo histórico e materialismo dialético, então substituído por metodologias denominadas qualitativas.

Em conformidade com o dito por Engels, para quem “o método é a alma da teoria”, entendemos que esta alienação resulta na própria descaracterização do materialismo histórico, bem como defendemos que o marxismo dispensa a adoção das abordagens qualitativas na legitimação da cientificidade de seus métodos de investigação, pois dispõe de uma epistemologia suficientemente elaborada para o fazer científico: a epistemologia materialista histórico dialética.

À guisa de introdução...

Com razoável freqüência, especialmente nas áreas da psicologia e da educação, encontramos trabalhos de pesquisa que indicam fundamentar-se no materialismo histórico dialético mas preterem o desenvolvimento do pensamento lógico dialético no transcurso da investigação realizada.

Diante destas situações nos perguntamos: quais as razões apresentadas por estes pesquisadores no sentido de justificar vinculações entre uma leitura teórica ancorada no materialismo histórico e a metodologia de pesquisa qualitativa. Esta indagação assenta-se no fato de que o materialismo histórico como possibilidade teórica, isto é, como instrumento lógico de interpretação da realidade, contém em sua essencialidade a lógica dialética e neste sentido, aponta um caminho epistemológico para a referida interpretação. A negação deste caminho portanto, representa a descaracterização de uma efetiva compreensão acerca da epistemologia marxiana.

Tendo em vista a defesa da tese acima referida, a trajetória percorrida na reflexão, objeto deste artigo, contempla os seguintes momentos.

Primeiramente, analisamos onze trabalhos de dissertações e teses nas áreas da psicologia e da educação defendidas entre 2002/2004 tendo em vista identificar o que justifica o funcionamento entre materialismo histórico dialético e metodologia qualitativa. As justificações mais frequentemente encontradas foram: a pretensão de contraposição em relação aos modelos positivistas de investigação; afirmação da impossibilidade de separação sujeito/objeto do conhecimento; negação da possibilidade de juízos neutros na construção do conhecimento.

A seguir, realizamos estudo conceitual sobre metodologias qualitativas para identificar suas características principais que, por sua vez, corroboram as justificações encontradas.

Tais características foram então, analisadas à luz da epistemologia materialista histórico dialética. Após esta análise, retomamos as justificações encontradas reafirmando alguns dos equívocos filosóficos, teórico-metodológicos e políticos nelas presentes.

Este artigo não tem a pretensão, por seus próprios limites, de esgotar a análise em curso, mas outrossim, compartilhar preocupações e quem sabe, provocar a inquietação geradora de buscas.

Metodologia Qualitativa: principais expressões

Segundo estudiosos das abordagens qualitativas foi a partir da década de 70 que a concepção positivista de ciência passou a receber, no Brasil, severas críticas filosóficas, políticas e técnicas. O alvo destas críticas apontava na direção da aplicação dos modelos de ciências naturais para as outras ciências (em especial, as humanas) e

para a separação entre fatos e contextos, uma característica básica do positivismo ao tratar o mundo como um conjunto de fatos naturalmente interligados.

Tais críticas demandaram a busca por novas estratégias investigativas, culminando na proposição de uma abordagem alternativa para o tratamento dispensado aos problemas de pesquisa e suas correspondentes análises, denominada de modo bastante amplo como *pesquisa qualitativa*.

Godoy (1995) considera que apesar de, apenas, nos últimos trinta anos ter ocorrido maior sistematização e expansão da adoção deste modelo de pesquisa, suas origens são muito remotas. Como marcos referenciais históricos, esta autora indica, primeiramente a sociologia inglesa de Sidney Webbs (1859-1947) e Beatrice Webbs (1858-1943), que afirmavam seus trabalhos como fundamentados no “método de pesquisa social”. Os estudos sociais e políticos por eles realizados já priorizavam a descrição e a utilização de entrevistas, análise documental e observações pessoais. Indica também a importância histórica dos trabalhos desenvolvidos pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago (“A Escola de Chicago”), nos quais grande destaque foi conferido aos aspectos da vida urbana e às dimensões interacionistas da realidade social, numa perspectiva que buscava superar a quantificação dos fenômenos analisados.

Na atualidade, sob a denominação “pesquisa qualitativa”, encontramos vários tipos de investigações apoiadas em diferentes marcos teóricos, dentre os quais se destacam: teoria sistêmica, etnometodologia, fenomenologia e materialismo histórico. Segundo Godoy (1995) esta amplitude não resulta numa descaracterização de modelo, que apesar de abarcar diferentes matizes preserva características essenciais comuns.

Fundamentando-se na obra *A Pesquisa Qualitativa em Educação*, de Bogdan e Biklen (1982), tanto Godoy (1995) quanto Lüdle e André (1986) sistematizam cinco características básicas constitutivas dos estudos de tipo qualitativo, apresentadas a seguir.

A primeira delas destaca o ambiente natural como base dos dados investigados, do que resulta o grande valor conferido ao contato direto e preferencialmente prolongado do pesquisador com o campo de estudo. Estas investigações, também denominadas pelos autores acima referidos como “naturalísticas”, têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico, privilegiando os processos interativos presentes no contexto da investigação. Neste sentido, a pessoa do pesquisador é considerada importante instrumento para a observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados e em face desta tarefa, poderá utilizar recursos tais como filmagens, fotografias, gravações, documentos históricos, registros escritos etc com o objetivo de ampliar a confiabilidade de suas percepções.

A segunda característica refere-se ao caráter fundamentalmente descritivo destas investigações. Afirmando a necessidade de apreensão dos dados nas relações que eles mantêm com o contexto ao qual pertencem, procura-se verificar *como* os fenômenos se manifestam, tendo em vista uma compreensão holística, histórica e processual. O pesquisador estará atento ao maior número possível de elementos constitutivos do campo estudado, conferindo-lhes sempre, grande importância.

Segundo Richardson (1985), os estudos de natureza descritiva propõem-se a investigar as características de um fenômeno como tal, explorando particularmente, as técnicas de observação, entrevistas, análises de conteúdo e análises históricas. Para este autor, existe uma diferença em relação à natureza dos fenômenos a serem investigados, isto é, existem neles domínios qualificáveis ou quantificáveis e a prioridade norteadora do trabalho de pesquisa estará na dependência da natureza do fenômeno analisado. Neste sentido, indica que as investigações que se apóiam na análise descritiva qualitativa, freqüentemente, têm como objeto situações complexas ou estritamente particulares, nas quais a exatidão das quantificações pode ser impossível ou relativa.

A terceira característica afirma a pesquisa de tipo qualitativo como essencialmente voltada para o processo, ou seja, o objetivo da investigação assenta-se nas descrições dos problemas estudados tal como manifestos nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas. Neste sentido, verificamos uma forte unidade entre a segunda e a terceira características, posto que a identificação das manifestações fenomênicas do objeto do estudo é indicada como condição para uma compreensão dinâmica e processual do mesmo. Portanto, passa a ser requerida uma atitude específica nesta busca compreensiva, qual seja, a submersão do pesquisador no campo real da existência, campo este que comporta um dinamismo pré-dado e altamente complexo. Esta atitude é proposta como fundamental para que a realidade possa ser compreendida e interpretada, ou seja, para que se apreenda *como* este campo dinâmico e complexo adquira suas diversas expressões, seus vários sentidos e valores para todos que o compõem.

Atendendo a esta orientação metodológica, a preocupação central do estudo pela via da análise qualitativa dos dados observados instala o confronto entre princípios teóricos e conteúdos apreendidos no transcurso da pesquisa. Deste confronto, resultam as *questões analíticas*, isto é, sistema de significações pelos quais procede-se a decodificação hermenêutica dos fenômenos, e que é reiterado naquilo que se propõe como quarta característica das abordagens qualitativas, vejamos porque.

Do ponto de vista metodológico, os modelos qualitativos defendem que a melhor maneira para se captar a realidade é aquela que possibilita ao pesquisador colocar-se no lugar do outro, apreendendo os fenômenos pela visão dos pesquisadores. A preocupação essencial da investigação refere-se aos significados que as pessoas atribuem aos fenômenos. O desafio imposto ao pesquisador é então, captar os universos simbólicos tendo em vista o entendimento dos mesmos.

Conforme Lüdle e André (1986) afirmam, o pesquisador deve exercer o papel subjetivo de participante e o papel objetivo de examinador vinculando, para a assimilação da realidade em estudo, a percepção imediata e espontânea própria da vida cotidiana e a percepção objetiva própria da investigação reflexiva. Com esta atitude procura-se captar o dinamismo interno das situações, que de outra forma seriam inacessíveis a um observador externo. Para estes autores, trata-se de “capturar a perspectiva dos participantes”, ou seja, identificar os significados atribuídos pelas pessoas às questões em foco na pesquisa.

Sendo assim, a qualidade das percepções do pesquisador é alvo contínuo de atenção, pois a fidedignidade pela qual vai expressar os pontos de vista dos participantes dependerá substancialmente de sua acuidade perceptiva. Para tanto, a adoção de estratégias de checagem das mesmas é sempre necessária. Dentre estas estratégias, as mais usuais são os confrontos com as percepções de outros pesquisadores e discussões abertas com os próprios participantes do estudo.

Na busca pela validade da pesquisa a pessoa do pesquisador é novamente, muito importante. Não obstante ocupar física e emocionalmente um lugar no contexto da investigação, suas conclusões não podem ser subjetivas. Para tanto, devem resultar de descrições precisas do objeto em sua complexidade; da classificação e compreensão dos processos dinâmicos presentes e em especial da apreensão das particularidades deste objeto.

A quinta, e última, característica geral proposta por estudiosos da metodologia qualitativa diz respeito à natureza indutiva destas investigações. Nelas, parte-se de questões ou focos bastante amplos que vão se tornando mais diretos e específicos no transcurso do trabalho. Assim, o processo investigativo não parte de hipóteses definidas *a priori* (a serem comprovadas ou refutadas pelas evidências encontradas) nem de uma linha teórica pré-determinada. Para Lüdle e André (1986), embora o pesquisador parta de alguns pressupostos teóricos iniciais, deverá manter-se atento aos novos

elementos que podem emergir durante o estudo, a orientarem outras buscas teóricas. O quadro teórico, como referência da investigação será, portanto, construído no processo de estudo, concomitantemente à coleta e exame dos dados verificados.

A dimensão indutiva desta metodologia é bastante enfatizada por todos os autores referidos neste artigo, que apresentam-na como importante traço distintivo em relação aos modelos positivistas de pesquisa. Corroborando para esta defesa do pensamento indutivo, o fato que às pesquisas qualitativas os autores associam objetos amplos e complexos, ou seja, afirmam-no como condição básica na busca do entendimento dos fenômenos como um todo.

Face o exposto, verificamos que a metodologia de pesquisa qualitativa; dotando-se das características gerais acima descritas; tem conquistado, segundo Richardson (1985), cada vez maior destaque nas seguintes situações: necessidade de substituir informações estatísticas por dados qualitativos; quando os objetivos do estudo apontam que os dados não podem ser coletados de modo completo por outros métodos tendo em vista sua complexidade ou ainda, em situações nas quais as observações qualitativas são utilizadas como indicadores do funcionamento das estruturas sociais. Não obstante, reiteramos que a mesma diverge substancialmente dos pressupostos materialista histórico dialéticos, questão sobre a qual versaremos a seguir.

Análise das principais expressões da metodologia qualitativa à luz da epistemologia marxiana.

Primeiramente, consideramos que por detrás das dicotomias quantitativo x qualitativo, subjetividade x objetividade, indução x dedução e outras, esconde-se um sério questionamento acerca da própria possibilidade de construção do conhecimento racional e objetivo da realidade humana em sua complexidade. Reproduzindo

dicotomias, as metodologias qualitativas revelam uma superação aparente da lógica positivista, pois atendem um de seus princípios basilares, qual seja, o princípio da exclusão. Segundo Kopnim (1978), o atendimento a este princípio implica que dentro de um mesmo sistema dedutivo não coexistem opostos sendo ambos verdadeiros (ou falsos) e assim, um dos pólos da oposição acaba por ser excluído.

Diferentemente, a lógica dialética própria à epistemologia marxiana não é excludente, uma vez que incorpora a lógica formal indo além, isto é, incorpora por superação. Disso resulta a necessidade de uma profunda compreensão acerca do que seja oposição e contradição¹. Não se trata de reconhecer opostos confrontados exteriormente, mas tê-los como interiores um ao outro, no que reside um dos mais importantes preceitos da lógica dialética denominado *identidade dos contrários*. Em conformidade com este princípio falamos então, na unidade indissolúvel dos opostos, o que determina saber o *objetivo como subjetivo*, o *externo como interno*, o *individual como social*, o *qualitativo como quantitativo* etc. Este é o mais absoluto significado da contraposição marxiana aos dualismos dicotômicos asseverados nos princípios de identidade e exclusão próprios à lógica formal.

Outra questão digna de nota refere-se ao fato que ao conferir tamanha importância ao mundo empírico, os modelos qualitativos de pesquisa acabam por preterir a análise da empiria fetichizada que caracteriza a sociedade capitalista. Descentrando suas análises das metanarrativas, os percursos qualitativos aprisionam-se ao empírico, ao imediato, furtando-se ao entendimento essencial dos fundamentos da realidade humana. Duarte (2004) referindo-se às características dos processos sociais que levam ao fetichismo chama-nos a atenção para o fato de que neles “[...] as pessoas só vêem aquilo que está

¹ Sugerimos para tanto a leitura das obras: Kopnim, P.V. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, Seve, L.. *Quais Contradições?* In: Clot, Y. (org.) *Avec Vigotski*. Paris: La dispute, 2002.

imediatamente presente e não conseguem analisar o fato imediato à luz da totalidade social. O fetichismo é um fenômeno próprio do mundo da cotidianidade alienada [...]”, (p.9).

Para o materialismo histórico dialético, o mundo empírico representa apenas a manifestação fenomênica da realidade em suas definibilidades exteriores. Os fenômenos imediatamente perceptíveis, ou seja, as representações primárias decorrentes de suas projeções na consciência dos homens, desenvolvem-se à superfície da essência do próprio fenômeno. Fundamentado neste princípio marxiano, Kosik (1976) afirma que a essência do fenômeno não está posta explicitamente em sua *pseudoconcreticidade* (concreticidade aparente), não se revelando de modo imediato mas sim, pelo desvelamento de suas mediações e de suas contradições internas fundamentais.

A construção do conhecimento demanda então, a apreensão do *conteúdo*² do fenômeno, preche de mediações históricas concretas que só podem ser reconhecidas à luz das abstrações do pensamento, isto é, do pensamento teórico. Não se trata de descartar a *forma* pela qual o dado se manifesta, pelo contrário, trata-se de sabê-la como dimensão parcial, superficial e periférica do mesmo. Portanto, o conhecimento calcado na superação da aparência em direção à essência requer a descoberta das tensões imanentes na intervinculação e interdependência entre *forma* e *conteúdo*.

Portanto, se queremos descobrir a essência oculta de um dado objeto, isto é, superar sua apreensão como real empírico, não nos bastam descrições acuradas (escritas, filmadas, fotografadas etc!!!), não nos bastam relações íntimas com o contexto da investigação, isto é, não nos basta fazer a fenomenologia da realidade naturalizada e particularizada nas significações individuais que lhes são atribuídas. É preciso caminhar das representações primárias e das significações

² O significado aqui atribuído a *conteúdo* refere-se à expressão do processo ontológico da realidade humana e das formas pelas quais este processo tem se desenvolvido historicamente. Portanto, a captação

consensuais em sua imediatez sensível em direção à descoberta das múltiplas determinações ontológicas do real. Assim sendo, não pode nos bastar apenas o que é *visível aos olhos*, pois o conhecimento da realidade, em sua objetividade, requer a *visibilidade da máxima inteligência* dos homens.

Nesta direção de pensamento, reconhecemos a existência de inúmeras visões acerca do que seja realidade e para evitarmos equívocos teórico-conceituais de interpretação é importante lembrar que para Marx, a realidade encerra a materialidade histórica dos processos de produção e reprodução da existência dos homens. O conhecimento sobre ela é, por conseqüência, apenas um meio através do qual a consciência, assimilando-a, a reproduz intelectualmente. Deste modo, a atividade teórica por si mesma em nada altera a existência concreta do fenômeno. Esta alteração apenas se revela possível quando a atividade teórica orienta a intervenção prática transformadora da realidade.

Para a epistemologia materialista histórico dialética, a compreensão dos fenômenos em sua processualidade e totalidade encontra respaldo apenas na dialética entre singularidade, particularidade e universalidade. Segundo Luckács (1970), nos nexos existentes entre singular-particular-universal reside o fundamento que sustenta uma autêntica e verdadeira aproximação e compreensão da realidade. Em sua expressão singular, o fenômeno revela o que é em sua imediatez (sendo o ponto de partida do conhecimento), em sua expressão universal revela suas complexidades, suas conexões internas, as leis de seu movimento e evolução enfim, a sua totalidade histórico-social.

Ocorre porém, que nenhum fenômeno se expressa apenas em sua singularidade ou universalidade. Como opostos, se identificam, e a contínua tensão entre eles (singular-universal) se manifesta na configuração particular do fenômeno. Em sua particularidade ele

do conteúdo do fenômeno demanda, do ponto de vista epistemológico, tomá-lo na relação dialética entre singular-particular-universal.

assume as especificidades pelas quais a singularidade se constitui em dada realidade de modo determinado, porém não completo, não universal. Ainda segundo Luckács, o particular representa para Marx a expressão lógica da categoria de mediação entre o específico (singular) e o geral (universal), que não podem ser compreendidos de modo isolado e por si mesmos.

Oliveira (2005) chama-nos atenção para a importância de se caracterizar a relação singular-particular-universal no âmbito da investigação científica, afirmando-a como requisito para a compreensão do objeto em suas múltiplas relações e acima de tudo, para a superação de falsas dicotomias (do tipo *indivíduo-sociedade*), muito presentes nas ciências humanas. Se preterida a função mediadora da particularidade, as relações acabam sendo consideradas na centralidade de pólos aparentemente dicotômicos, perdendo-se de vista as formas pelas quais ocorre a “concretização da universalidade no vir-a-ser da singularidade, mediada pela particularidade” (p.46).

A partir destas considerações nos parece impossível construir qualquer conhecimento objetivo, quer sobre indivíduos quer sobre a totalidade social, tomando-se qualquer um deles separadamente. Esta afirmação entretanto, não postula a impossibilidade de se ter a particularidade como referência primária na construção do conhecimento, mas reafirma que é apenas pela análise dialética da relação entre o singular e o universal que se torna possível a construção do conhecimento concreto, ou seja, é apenas por esta via que a ênfase conferida ao particular não se converte no abandono da construção de um saber na perspectiva da totalidade.

As razões acima expostas corroboram nossa afirmação acerca das divergências entre a epistemologia marxiana e as abordagens qualitativas que se acirram, também, em relação à concepção de história. A adesão teórico-metodológica ao materialismo histórico dialético exige a compreensão do historicismo concreto presente nas obras de Marx e Engels, para os quais a produção material da vida engendra todas as formas de relações humanas e assim sendo, a

categoria ontológica do trabalho torna-se imprescindível em qualquer estudo que se anuncie na perspectiva da totalidade histórica.

O processo de produção, por sua vez, existe “fora dos homens” (Marx, 1989), ainda que enquanto manifestação de suas próprias forças. Esta exteriorização deve ser, portanto, a expressão de sua natureza objetivada, a manifestação de suas forças humanas essenciais. Ocorre porém, que a organização social capitalista; calcada na propriedade privada dos meios de produção; tem obstruído esse desenvolvimento, uma vez que a atividade do indivíduo e seu resultado, tornando-se independentes, acarretam a subordinação do produtor ao produto de seu trabalho. Sob tais condições de alienação as capacidades dos homens, bem como as possibilidades para seu pleno desenvolvimento, se reprimem e se deformam pois obliteram a efetiva utilização de todas as suas forças criadoras. Assim sendo, a condição para a efetivação do verdadeiro *ser humano* se coloca na transformação das condições e instituições que alienam o trabalho e o trabalhador, e este é o mais profundo significado do materialismo histórico.

Na medida em que as abordagens qualitativas privilegiam as dimensões da realidade em suas definibilidades exteriores em detrimento de seus fundamentos ontológico-históricos, incorrem num grande risco: caminhar da *pseudoconcreticidade* para um *pseudoconhecimento*, a ser, muito facilmente, capturado pelas ideologias dominantes e colocado a serviço da manutenção da ordem social que universaliza as relações sociais de alienação.

Diferentemente, a produção intelectual marxista, ou seja, sustentada pela ontologia marxiana, constrói um tipo de conhecimento que para além de explicitar o real em sua essencialidade, coloca-se claramente a serviço da implementação de um projeto social promotor de uma nova sociabilidade, isto é, a serviço do socialismo. Neste sentido, buscar no materialismo histórico dialético os fundamentos para o trabalho de pesquisa é também uma questão ético-política.

No bojo desta análise, que aponta as contraposições mais decisivas entre a epistemologia materialista histórico dialética e as metodologias qualitativas, não poderíamos deixar de considerar as diferenças referentes aos critérios de validação da investigação bem como o tratamento dispensado à indução e dedução. Para tanto, resgatemos mais algumas premissas do pensamento marxiano, em especial, a materialidade da existência.

Marx, em sua época, levantou de forma contundente o problema da existência humana e sobretudo, o problema da relação entre indivíduo e gênero humano, superando tanto a filosofia do idealismo de Hegel como também, o materialismo intuitivo de Feuerbach. Centrou atenção no materialismo que considera a atividade humana objetiva – o trabalho – como categoria central, propondo o *materialismo da práxis*, brilhantemente sintetizado nas célebres “Teses sobre Feuerbach” (1993). O materialismo apresentado por Marx aponta, necessariamente, na direção do trabalho social dos homens e nas propriedades que adquire historicamente. O materialismo dialético se apresenta em seu pensamento, como possibilidade para a compreensão da realidade resultante do metabolismo homem-natureza produzido pela atividade humana em sua complexidade e movimento.

A implementação do método marxiano³; aqui apresentado de forma extremamente resumida; pressupõe como ponto de partida, a apreensão do *real imediato*, isto é, a representação inicial do todo, que convertido em objeto de análise por meio dos processos de abstração resulta numa apreensão de tipo superior, expressa no *concreto pensado*. Porém, esta não é a etapa final do processo, uma vez que as categorias interpretativas, as estruturas analíticas constitutivas do concreto pensado serão contrapostas em face do

³ Sobre o método em Marx, sugerimos a leitura de: Marx, K. *O Capital* – Crítica da Economia Política, Volume I, Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983; Duarte, N. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. In: *Educação & Sociedade*. Campinas, CEDES, n. 71, p.p. 79-115, 2000; Abrantes, A. e outros *O método Histórico Social na Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2005.

objeto inicial, agora apreendido não mais em sua imediatez, mas em sua totalidade concreta. Este procedimento metodológico pode ser assim sintetizado: parte-se do empírico (real aparente), procede-se à sua exegese analítica (mediações abstratas), retorna-se ao concreto, isto é, à complexidade do real que apenas pôde ser captada pelos processos de abstração do pensamento.

Portanto, a epistemologia marxiana tem a prática social como referência fundante da construção do conhecimento, nela residindo os seus critérios de validação. Não apela a negação da lógica formal, mas torna-a parte integrante da lógica dialética. Não privilegia processos de dedução em detrimento dos processos de indução ou vice-versa, caracterizada que é pelo princípio da unidade e luta dos contrários. Não proclama a lógica subjetivista como critério gnosiológico.

Considerações Finais

Pelo exposto, procuramos evidenciar o quanto divergem os princípios basilares do materialismo histórico-dialético em relação às abordagens qualitativas, tendo em vista apontar alguns fundamentos da impropriedade de aproximações entre ambos. Neste sentido, consideramos absolutamente artificiais as justificações atribuídas às referidas aproximações.

Esperamos ter demonstrado ao longo deste artigo que, não obstante as tentativas, as abordagens qualitativas não superam de fato os preceitos positivistas de investigação. Ainda que os apliquem “de ponta cabeça”, não alçaram sua superação. Esperamos também, ter deixado claro que a unidade sujeito/objeto do conhecimento exige a compreensão concreta de ambos, dado não atingível pela representação imediata e idealista do que seja *sujeito* e do que seja *objeto*. Na raiz desta unidade reside a prática social dos homens, tecida historicamente pelos entrelaçamentos de subjetividades

objetivadas e objetividades subjetivadas. Disso resulta inclusive, a impossibilidade de juízos neutros na construção do conhecimento e assim sendo, para a epistemologia materialista-histórico-dialética não basta constatar *como* as coisas funcionam nem estabelecer conexões superficiais entre fenômenos. Trata-se de não se perder de vista o fato histórico fundamental de que vivemos numa sociedade capitalista, produtora de mercadorias, universalizadora do valor de troca, enfim, uma sociedade essencialmente alienada e alienante que precisa ser superada.

Atualmente, sob a égide da ideologia neoliberal “pós-moderna”, mais que nunca é necessária a crítica ao que se produz e se ensina em nome do que seja a construção do conhecimento científico, e também para esta crítica, afirmamos a propriedade da epistemologia marxiana.

Referências Bibliográficas

Abrantes, A. e outros. *O Método Histórico-Social na Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2005.

Bogdan, R. e Biklen, S.K. *Qualitative Reserch for Education: an introduction for to theory and methods*. Boston:Allyn and Bacon, 1982. Duarte, N. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. In: *Educação & Sociedade*. Campinas: CEDES, n. 71, p.p. 79-115, 2000.

Duarte, N. (org.) *Crítica ao Fetichismo da Individualidade*. Campinas: Autores Associados, 2004.

Godoy, A.S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e Suas Possibilidades. In: *R.A.E./Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

Kopnim, P.V. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Kosik, K. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Luckács, G. *Introdução A Uma Estética Marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

Lüdle, S. e André, M. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 1986.

Marx, K. *O Capital*. – “Crítica da Economia Política”. Volume 1, Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

Marx, K. *Manuscritos econômico filosóficos e outros textos escolhidos*. Lisboa: Edições 70, 1989.

Marx, K. & Engels, F. *A ideologia alemã*. (Feuerback). São Paulo: Hucitec, 1993.

Oliveira, B. A dialética do singular-particular-universal. In: Abrantes, A. e outros (org.) *Método Histórico Social na Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2005.

Richardson, R. J. (org.). *Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 1985.

Sève, L. Quais contradições? In: Clot, Y. (org.) *Avec Vigotski*. Paris: La dispute, 2002.